

FEDERICO GIL

Antecedentes da Revolução Cubana

I

A VERDADEIRA HISTÓRIA da Revolução Cubana, em tôda a sua significação, não poderá ser escrita ainda por muitos anos e, mesmo quando o fizerem, não será uma fácil tarefa. Trata-se de acontecimento fadado a atrair sôbre si, sem dúvida, as atenções dos historiadores durante muito tempo ainda pois, como já se disse, “a Revolução Cubana abalou o hemisfério ocidental da mesma maneira que a Revolução Francesa abalou a Europa”. Seja qual fôr o destino do regime de Fidel Castro, uma coisa é certa — a América Latina jamais será a mesma outra vez. Tão complexo é o fenômeno cubano, dentro de seus aspectos estritamente cubanos, que não pode ser entendido sem que se levem em consideração alguns de seus elementos históricos. Êstes têm de ser explicados não no sentido de desculpar o que aconteceu, mas simplesmente de modo a compreender-se a Revolução Cubana. O objetivo dêste artigo é analisar as circunstâncias históricas que influíram significativamente na grande comoção social iniciada a 1 de janeiro de 1959, na República vizinha. Portanto, nenhum esforço será empregado, aqui, no sentido de lidar com o curso dos acontecimen-

tos que mais tarde jogariam Cuba em mãos comunistas. A história dêstes últimos acontecimentos, tão cheia de complexidades e contradições, ainda não pode ser escrita.

Durante todo o seu período de 57 anos de vida republicana, jamais existiu em Cuba uma verdadeira democracia. A condição patológica da democracia naquela ilha surgiu principalmente de dificuldades ligadas à herança histórica cubana e ao temperamento do povo, como também à falta de treinamento da população, fraquezas econômicas várias, à apatia e ao absentismo da parte dos cidadãos mais capazes e melhor qualificados. Como resultado direto dêstes fatores, a política nacional caiu nas mãos dos corruptos e inéptos. Dois grandes males, assim, devastaram a história política cubana: fraude eleitoral e corrupção administrativa. Desde a fundação da república em 1902, o país nunca pôde ter um único governo livre de roubo e imoralidade.

Depois do que parecia ser um bom começo, sob a gestão de seu primeiro Presidente, Tomas Estrada Palma (1902-1906), Cuba teve sua primeira revolução, logo depois de uma eleição ca-

racterizada pela fraude. Estrada Palma, fazendo apêlo à Emenda Platt, sob cuja ameaça Cuba viveu durante 32 anos, solicitou a intervenção dos Estados Unidos. Seguiu-se, então, a administração de Charles E. Magoon, como Governador, de 1906 a 1909, um período acêrca do qual existem opiniões amplamente desencontradas quanto à honestidade do regime. A restauração do govêrno cubano sob a presidência de José Miguel Gómez (1909-1913) foi testemunha de uma crescente venalidade e nova baixa no nível da moralidade política. Pondo em prática uma frase geralmente atribuída a si mesmo, "el tiburón se baña, pero salpica", êle permitiu que seus amigos e todos os que apoiavam enriquecessem às custas do Tesouro Cubano. Seu sucessor, Mário Garcia Menocal (1913-1921) estava igualmente disposto a encorajar a corrupção política cada vez maior. Sua reeleição, conseguida pelo que, àquele tempo, vinham a ser práticas fraudulentas já longamente estabelecidas, causou uma revolta e uma breve intervenção militar por parte dos Estados Unidos. O presidente seguinte, Alfredo Zayas (1921-1925), procurando servir a dois senhores, tal como seus predecessores — o povo cubano e os Estados Unidos — frustrou ainda mais as esperanças de um govêrno honesto e competente, enquanto a política atingia um nível ainda mais baixo de corrupção. Semelhante estado de coisas, bastante infeliz, continuou sob a presidência de Gerardo Machado (1925-1933), que foi eleito em 1924. Depois de uma breve tentativa de moralização da vida política cubana através de um movimento que ficou conhecido por "Regeneração", e da adoção de algumas medidas que

visavam a corrigir o caráter unilateral perigoso de uma economia baseada na produção do açúcar, Machado, no tempo devido, lançou-se a uma política de serviços públicos extravagantes, levando a efeito novos e cada vez mais proveitosos roubos aos cofres públicos, passando a fazer ótimos favores a seus amigos sob a forma de concessões e contratos, e construindo uma máquina política pessoal de grande eficiência. Ao mesmo tempo, como conseqüência da depressão mundial e da queda do mercado do açúcar, o povo cubano se encontrava em meio ao desemprego geral e à pobreza, se bem que os roubos administrativos ainda assim florescessem. O desfalque ocorrido na construção da Estrada de Ferro Central atingiu, segundo se diz, a casa dos trinta milhões de dólares. Vinte milhões foram desperdiçados num nôvo Capitólio, dos quais apenas oito milhões foram de fato gastos na construção. Em 1928, depois de retocar desonestamente a Constituição, Machado foi reeleito pelo que se conhecia como *cooperativismo* (uma coligação de todos os partidos existentes). Por aquela época, uma oposição ao seu regime liderada por estudantes universitários, tinha surgido forte e determinada. Machado então completou a corrupção com o terror. Censura, perseguições, tortura, assassinatos de estudantes e líderes sindicais foram recursos incapazes de conter a onda de descontentamento com relação à ditadura, e o regime finalmente sofreu um colapso quando uma greve geral e uma revolta do Exército forçou o "Açougueiro de Las Villas", como Machado era freqüentemente apelidado, a fugir do país em 12 de agosto de 1933.

A onda revolucionária que varreu a ditadura foi originalmente posta em movimento pelo sentimento generalizado de indignação nacional contra a invalidade do sufrágio e a irresponsabilidade política em geral. No curso de seu desenvolvimento, todavia, êste sentimento de repulsa nacional adquiriu tôdas as características de um programa mais amplo de reforma social, política e econômica. A "Revolução", como passou a ser conhecida, se bem que amorfa e sem conter substância ideológica, estava claramente estabelecida em favor de uma transformação radical de tôdas as fases da vida nacional.

A queda de Machado forçou o fim da velha oligarquia de políticos profissionais e o comêço de uma nova era de reforma. A "geração de 1930", compreendendo os jovens estudantes e profissionais liberais que lideraram o bem sucedido movimento contra Machado, fêz sua entrada na arena política. A contribuição dessa geração ao poder político foi, de certa maneira, confirmada no período subsequente, pois os únicos partidos capazes de ganhar eleições nacionais sem fazer recurso à fraude foram aquêles organizados por membros dêste grupo. Suas reivindicações entravam em conflito com os interesses dos políticos profissionais e veteranos da guerra de independência, os quais tinha gozado praticamente de um verdadeiro monopólio do poder político. A "geração de 1936", professando a revolução econômica, política e social genuína, lançou um desafio ao estado de elite contínua, do grupo veterano, ao mesmo tempo que culpava êste grupo da maioria dos males políticos que afligiam a República. Durante a luta, a influên-

cia dos "caudillos" veteranos, tais como Menocal, Mendieta, e outros, diminuiu substancialmente. A queda de Machado marcou, de uma outra maneira significativa, a passagem de uma era. Depois de ter finalmente aprendido a lição respeitável da futilidade das práticas intervencionistas, os Estados Unidos, agindo coerentemente com relação à Política de Boa Vizinhança, apenas recentemente adotada, aboliu a Emenda Platt em 1934.

O período que se seguiu à revolução foi longo e turbulento. Apesar de ter alcançado uma notável pauta de realizações no desenvolvimento econômico e no campo da justiça social, a "geração de 1930" estava fadada, mais tarde, ao descrédito, por causa de sua inépcia administrativa e de sua tolerância quanto à desonestidade pessoal. Sua contaminação progressiva pode ser vista nas administrações ditas "autênticas" de Grau San Martin (1944-48) e Prio Socarrás (1948-52), e no desprêzo absoluto quanto às formas de liberdade civil e constitucional durante os regimes de Batista.

II

Depois de 1933, a política cubana centralizou-se em duas figuras que emergiram do processo revolucionário. Uma era um civil, o médico Ramón Grau San Martin, destinado a ser o líder da chamada "Revolução Autêntica". A outra, um jovem sargento, Fulgêncio Batista, que subiu da pobreza à posição de ditador e fazedor-de-presidentes, tornando-se o símbolo e a garantia da estabilidade da ordem pública contra os

excessos revolucionários. Depois de iniciar-se a passos rápidos, durante o governo "pentárquico" (4 a 10 de setembro de 1933), a revolução deu mais alguns passos para adiante durante a presidência de Grau San Martín (10 de setembro de 1933 — 17 de janeiro de 1934), e então atingiu quase um estágio estacionário. A recusa dos Estados Unidos em reconhecer Grau San Martín foi um fator importante na queda deste governo. Preocupado com os perigos inerentes à revolução social e seu impacto nos interesses norte-americanos investidos na ilha, a política americana destinava-se a preservar o *status quo*. Summer Welles e, mais tarde, Jefferson Caffery, na qualidade de representantes pessoais do Presidente Roosevelt, desempenharam um papel decisivo em estancar a revolução. Daí por diante, a revolução tornou-se predominante política, e não mais social e econômica. A gente não pode deixar de pensar se os acontecimentos em Cuba não teriam seguido um rumo diferente, dado que os Estados Unidos, naquela época, tivessem favorecido mudanças econômicas e sociais necessitadas na América Latina, como estão fazendo agora. É válido, pelo menos, colocar uma tal questão, pois, de certo modo, o fenômeno cubano da década de 1950 foi simplesmente a reincarnação do processo revolucionário interrompido na década de 1930. Pôsto em movimento uma vez mais, este processo deveria levar diretamente, em nossa época, às consequências desastrosas nas relações cubano-norte-americanas. Também desta vez, a Revolução tendia a tornar-se predominantemente social e econômica, e não simplesmente política.

Gradualmente, Batista, o antigo sar-

gento, emergiu como o árbitro do destino de Cuba. Até 1940, dominou através de presidentes-fantoches, sete ao todo, entre os quais Carlos Mendieta (janeiro de 1934 — dezembro de 1936), Miguel Mariano Gómez (1936) e Federico Laredo Brú (1936-1940) foram os mais expressivos. Sem jamais desamparar-se do credo revolucionário, Batista deu uma guinada em direção de um curso mais conservador, trazendo assim o reconhecimento por parte dos Estados Unidos e o apôio do capital estrangeiro e dos grandes interesses investidos na ilha. Governou firmemente, por detrás da cadeira presidencial, com o suporte do exército até 1940 quando, oficialmente, assumiu a direção do executivo, garantindo-se a eleição com o apôio de uma coalisão dos partidos que incluía as máquinas políticas que tinham outrora dominado a política cubana e servido de esteio ao ditador Machado.

Durante sete anos, a base constitucional do governo cubano havia permanecido irregular, mas, em 10 de outubro de 1940, uma nova constituição foi adotada. Muitas das provisões desta Constituição representavam desvios radicais da tradição e refletiam o interesse nas reformas sociais. A despeito de tôdas as vicissitudes do período post-revolucionário, a nova lei básica era claramente o fruto da "Revolução", refletindo a influência de todos os que advogavam as mudanças sociais, econômicas e políticas. Pensava-se, àquela época, pelo menos, que os vexames e tribulações da década precedente não tinham resultado em vão.

Enquanto isso, o depositário dos ideais da revolução de 1933 tinha se

tornado o PRC ou Partido Revolucionário Cubano (*Auténtico*), fundado em 1934 como um conjunto dos esforços combinados de várias organizações revolucionárias. O PRC desempenhou um papel básico na redação da Constituição de 1940, e deveria ganhar a presidência em 1944 e 1948. Seu programa comprometia o PRC com as reformas fundamentais. Favorecia o controle estatal da indústria do açúcar, o estabelecimento de um Tribunal de Contas e de um Banco Nacional, uma lei de orçamento, reformas fiscais, um sistema de serviço público, a criação de uma marinha mercante, a expansão da educação, etc. Também punha ênfase na austeridade administrativa. Sob a liderança brilhante de Grau San Martín, que granjeou imensa popularidade à medida que o regime de Batista tornava-se mais e mais corruto em meio de uma nova "bonanza" trazida pela estabilização dos preços do açúcar, o PRC ganhou o poder através de uma vitória eleitoral arrasadora em 1944. Permaneceu no poder até o golpe militar de 1952. Em 1948, se bem que de certa maneira mais fraco do que em 1944, o candidato do PRC, Carlos Prío Socarrás, hábilmente ganhou as eleições.

Durante seus dois termos no poder, o PRC levou a efeito parte considerável de seu programa com algum sucesso. Era um firme expoente da democracia política e mantinha respeito escrupoloso pelas liberdades civis. Estabeleceu uma política bem projetada de estabilização do preço do açúcar e de melhor distribuição da riqueza derivada deste produto; procurou reduzir os perigos de uma economia baseada na monocultura, deu impulso a um sistema de seguro so-

cial, e generosamente financiou um vasto programa educacional. Durante a administração de Prío Socarrás, importantes reformas institucionais foram levadas a efeito e o Tribunal de Contas e o Banco Nacional foram estabelecidos. Por outro lado, o PRC falhou em conseguir as importantes medidas que havia prometido ao povo, principalmente a reforma agrária. Mais importante, ainda longe de acorrer aos clamores populares por governo honesto e eficiente, o PRC submergiu-se no roubo e na corrupção, em escala apenas ultrapassada, em anos recentes, pelos segundo regime de Batista. O público tornou-se totalmente desiludido e amargurado, e Grau San Martín passou a ser geralmente acusado do crime de fraude cínica ao povo cubano por não ter realizado na prática exatamente os princípios por que se batia. Os *Auténticos* tinham chegado ao poder com o mais entusiástico apoio público e com as grandes esperanças da parte do povo de que conseguiria por em prática as reformas sociais de há muito desejadas, como também a "purificação" das práticas governamentais. Estas esperanças se reduziram a zero depois que os *Auténticos* gozaram de dois termos no poder da Presidência da República.

Esta situação foi parcialmente responsável pelo surgimento de uma nova e poderosa organização, o Partido do Povo Cubano (*Ortodoxo*), uma ramificação do PRC em 1946. Por volta de 1951, este partido tinha se tornado uma força política formidável sob a liderança dinâmica de Eduardo Chibás que, assim, tornou-se o porta-estandarte da campanha por um governo honesto. O programa de independência econômica, liber-

dade política e justiça social do partido incluía também um empenho em conservar o partido livre de compactuações políticas. O PRC havia perdido muito de seu antigo prestígio por causa de sua disposição em aliar-se com alguns dos velhos grupos políticos tradicionais. Os observadores concordam em que, a despeito da ausência de Chibás, que se suicidou em 1951, se a eleição de 1952 não tivesse sido sustada pelo golpe militar, os *Ortodoxos* teriam ganho prontamente aquela competição com o PRC.

Todavia, enquanto se aproximava esta eleição, a situação política apresentava algo de positivo: desde 1940 os processos eleitorais, se bem que não de todo livres de vícios, tinham sido geralmente justo e honestos. O próprio Batista se permitiu uma eleição honesta em 1944 e aceitou de espírito firme a vitória de seu arqui-rival, Grau San Martín, sobre o seu candidato preferido. A vitória dos *Autênticos* em 1948 tinha sido uma vitória limpa. Sob semelhantes condições parecia haver fundamento para se esperar que, sob a pressão de um eleitorado que tinha constantemente se tornado mais alerta e articulado, e com a eficiência do sufrágio relativamente assegurada, o retôrno da moralidade no poder público podia ser mais cêdo ou mais tarde eventualmente restaurada. A melhor evidência de que Cuba era, naquela época, uma democracia nascente existia no fato de que a mais integral liberdade de expressão e crítica era permitida ao cidadão comum. Mesmo assim, grandes setores da população ainda sentia falta das reformas fundamentais de várias instituições, e a liderança falida tinha causado grande desilusão. A opinião pú-

blica cubana desejava desesperadamente a "Revolução" — "de modo a representar, pelo menos, um desvio fundamental da venalidade, corrupção e fraude tão características das políticas colonial e republicana de Cuba". Isto era demonstrado pelo entusiasmo que Eduardo Chibás fêz surgir através de sua campanha apaixonada pela retidão e integridade. E, juntamente com isso, continuava a tomar corpo a convicção de que tais objetivos poderiam ser atingidos por meios democráticos. Enquanto isso, o país, a despeito da roubalheira que infectava o poder público e dos assaltos periódicos ao Tesouro, tinha progredido econômicamente aos saltos, ensejando um processo de desenvolvimento pouco menos que espetacular. Existia um movimento trabalhista forte, e um certo progresso tinha sido assegurado no que diz respeito à justiça social.

A 10 de março de 1952, oitenta dias antes da data das eleições, Batista, novamente candidato a Presidente mas sem possibilidades de sucesso, fêz retroceder o tempo, através de uma revolta militar. Êste foi o primeiro, e, em certo sentido, o maior de seus crimes. Aquilo que tinha se tornado inconcebível no pensamento do povo cubano, a saber, a solução de competições políticas por meio de baionetas, súbitamente tornou-se uma dura realidade. A única justificativa de Batista pelo seu ato foi o deplorável estado em que a administração pública havia caído e a existência do gangsterismo político. Ao que parece, Batista estava contando com a aprovação pública em pêso quanto ao que ia fazer. Os *Ortodoxos* haviam amontado tal quantidade de acusações sobre o regime de Prío Socarrás que Batista julgava obter do povo

as boas vindas a uma mudança, mesmo que por meios violentos. Assim, apesar de serem bem fundadas as críticas ao regime Prio Socarrás, o temperamento altamente tenso da política cubana e que levou a oposição Ortodoxa a abusos excessivos, contribuiu para minorar não somente a administração mas também toda a ordem institucional. A responsabilidade pela debacle deveria cair também, parcialmente, sobre os ombros do Presidente Prio Socarrás, cuja fraqueza inexplicável em vacilar por horas inteiras antes de tomar medidas que viessem garantir uma ação decisiva, também contribuiu para o sucesso do golpe. Um assessor intimamente ligado a Prio e também membro proeminente de seu governo me contou, em 1952, a respeito do espetáculo assustador do Presidente, arreado numa cadeira em torpor aparente, enquanto os telefonemas urgentes tocavam insistentemente e inúmeras delegações de organizações políticas e grupos de cidadãos invadiam seu gabinete. Ele parecia incapacitado pelo choque, perdido e impossibilitado de reagir ante a situação que se lhe apresentava. Os chamados telefônicos eram de comandantes de corpos de tropa, de todos os recantos do país, à cata de instruções (desde que não haviam, ainda, se passado para as hostes de Batista). As delegações se ofereciam como voluntários dispostos a pegar em armas na defesa do regime.

A opinião pública foi tomada de surpresa e uma sensação de paralisia temporária invadiu a nação inteira. O governo que surgira interpretou este fato como aquiescência da parte do povo, e Batista concebeu, então, a esperança de que seria possível para ele consolidar

sua posição rapidamente através da reconstrução de sua máquina política e, com um sistema eleitoral *ad hoc*, dar caráter legal ao seu governo. Isto seria coerente com o raciocínio de Batista, desde que aqueles que o conhecem bem afirmam que ele não é um homem dado a extremismos, e somente recorre a excessos quando forçado a isso pelas circunstâncias. Nunca conseguiu aquilo que mais quis, entretanto: a popularidade. Seu fracasso pode, em parte, ligar-se a circunstâncias políticas, à sua ambição insaciável pelo poder e riquezas, como também aos métodos que ele usou para levar adiante sua carreira política. Este ponto de vista é bem apoiado pelas vacilações óbvias entre o respeito pela legalidade e a arbitrariedade que caracterizaram seu domínio político.

Entretanto, a opinião pública reagiu desfavoravelmente a tais acontecimentos. Fiéis à tradição, os estudantes universitários cedo tomaram a vanguarda das forças oposicionistas. Suas fileiras foram engrossadas com a adesão dos partidos Ortodoxo e Autêntico, numa atitude de resistência passiva entremeada de algumas tentativas de atividade conspirativa. Não está dentro dos limites deste artigo historiar os acontecimentos que finalmente levaram à irrupção de uma revolução a todo vapor, mas será bom sumariar alguns dos mais importantes incidentes deste processo.

Depois de restaurar a Constituição de 1940, em resposta à pressão pública, Batista decidiu realizar eleições em 3 de novembro de 1953. Longe de dar as garantias necessárias à realização do pleito, impôs a legislação draconiana conhecida por *Ley del Orden Público*.

Nas vésperas do pleito, a atmosfera de violência e coerção forçou a retirada do único candidato que se opunha a Batista, Dr. Grau San Martín. Tão escandalosas foram as eleições que mesmo alguns dos partidários de Batista, cujas ambições pessoais tinham sido afogadas, denunciavam-nas como uma autêntica farsa. O resultado líquido do acontecimento foi uma crescente agitação geral seguida por uma repressão por parte das forças do Governo. O regime fez recurso à criação de um aparelho policial complexo e inescrupuloso que empregava uma variedade enorme de métodos violentos de repressão, e as cadeias encheram-se rapidamente de prisioneiros políticos. A oposição permaneceu desunida e os dois partidos políticos principais (Ortodoxo e Autêntico) foram corroídos internamente por intensa fragmentação.

III

O primeiro gesto aberto de revolta foi o ataque desesperado e suicida ao Quartel de Moncada em Santiago de Cuba, a 26 de julho de 1953. Êste ataque, liderado por Fidel Castro, um antigo líder estudantil que havia se unido às fileiras do Partido Ortodoxo somente para abandoná-la mais tarde, quando se convenceu de que a rebelião franca era a única solução à situação cubana. O fracasso do ataque a Moncada e a repressão brutal que se seguiu abalou o país. O apêlo apaixonado por liberdade feito por Castro em seu julgamento acrescentou combustível ao fervor revolucionário. Uma sentença de 15 anos de prisão para Castro foi comutada em maio de 1955, com uma anistia geral.

Poucos meses depois do ataque de 1953, outra tentativa civil de atacar um acampamento militar foi levada a efeito no "raid" ao Acampamento Goicuria, em Matanzas, desta vez por partidários de Prio Socarrás. O fracasso destas tentativas e a severa repressão que se seguiu fez surgir um clamor geral por paz. Esforços desenvolvidos, tendo em vista um acôrdo e o estabelecimento de uma solução pacífica, foram feitos em primeiro lugar pela Sociedade de Amigos de la República, um grupo de cidadãos ilustres, e, mais tarde, pelo Bloque de Prensa, composto de representantes da imprensa cubana. Ambas as tentativas resultaram no mais redondo fracasso. Tôdas as outras tentativas de trazer o assunto ao campo das negociações e não ao da guerra civil não deu frutos devido à crescente onda de ódios e ressentimentos. A oposição queria a renúncia de Batista e o estabelecimento de um governo "neutro" como medida preliminar em direção a uma fórmula pacífica.

O desembarque histórico de Castro com 81 outros jovens na costa da Província de Oriente ocorreu em 2 de dezembro de 1956. Sòmente uma dúzia conseguiu escapar em busca de refúgio nas florestas de Sierra Maestra. Êste grupo estava destinado a crescer e transformar-se no Exército Rebelde que, por fim, derrotaria a ditadura de Batista. Enquanto a insurreição se espalhava em Oriente, um ataque ao palácio presidencial em Havana foi levado a efeito em 1957. A tentativa, perpetrada por um grupo do Diretório revolucionário, outra organização revolucionária, chegou perto de atingir o seu objetivo — o assassinato de Batista. A vingança brutal

do regime, na forma de assassinatos e torturas aplicadas indiscriminadamente a todos os opositores de Batista, aterrozou a população cubana.

Por volta de janeiro de 1958, uma atitude revolucionária havia se espalhado por toda a ilha. Pressionado pelos Estados Unidos, segundo se supõe, o regime de Batista restaurou as garantias constitucionais com a suspensão, conseqüentemente, da censura. Isto provocou uma gigantesca barragem de fôgo de ataques contra o govêrno através de todos os meios de comunicação, e na exposição pública das muitas atrocidades cometidas pelas fôrças do govêrno nos meses precedentes. O sentimento popular contra o govêrno foi exacerbado, alcançando uma nova altura em intensidade. Pela primeira vez, notícias das atividades rebeldes em Oriente foram dadas a público. Tremendas mudanças de opinião e atitudes por parte de certos setôres da população podiam ser notadas e comparadas com aquelas que tiveram lugar em 1957. Àquela época, elementos substanciais da alta burguesia e classe média superior não estavam a favor de Batista mas, por outro lado, também não estavam, pelo menos abertamente, ao lado da rebelião. Em 1958, ao contrário, podia-se observar que Castro tinha ganho o apoio poderoso dêstes grupos. Homens de negócio, incluindo os norteamericanos, já admitiam que a situação, no ponto a que tinha chegado, não podia continuar, e que Batista haveria de deixar o poder. Por volta de 1 de março, a queda do govêrno parecia iminente. A ilha estava inundada de panfletos rebeldes e propaganda destinada a levantar o povo em armas para uma revolta de âmbito nacional. En-

quanto a tensão crescia, uma tentativa de reconciliação foi instigada pela hierarquia da Igreja Católica; mais uma vez, resultou em fracasso. Daí por diante, pouco depois, Batista resolveria mais uma vez suspender as garantias constitucionais e declarou o estado de sítio. Para sufocar a greve geral proclamada por Castro, Batista decretou as medidas mais drásticas jamais conhecidas na história do país. A greve marcada para 9 de abril foi esmagada em questão de horas por métodos brutais. O sentimento geral de desilusão diante do fracasso da greve misturava-se com um poderoso sentimento de horror pelas medidas sanguinárias a que recorreu a Ditadura. A situação se transformou em um temporário bêco-sem-saída militar. As fôrças rebeldes permaneciam no contrôle de grandes áreas das províncias de Santa Clara e Oriente, e, **naquele tempo**, consistia de homens bem organizados e treinados, eficientes e em números consideráveis. Várias ofensivas por parte do Govêrno para destruir as fôrças rebeldes fracassaram.

Enquanto isso, as eleições foram novamente marcadas para 3 de novembro de 1958. Os quatro partidos governamentais que formavam a Coligação Nacional Progressiva (Acción Progressista, Partido Liberal, Partido Democrata, e Union Radical) começaram uma campanha ativa a favor do candidato pessoalmente escolhido por Fulgêncio Batista, ex-Primeiro Ministro Andrés Rivero Aguero. Havia três outros candidatos para a presidência: Grau San Martin, apoiado por uma pequena facção do PRC; Carlos Marquez Sterling, apoiado pelo Partido del Pueblo Libre; e um jornalista obscuro, Al-

berto Salos Amaro, apresentado pelo Partido de Unión Cubana, uma facção insignificante. As eleições geraram pequeno interêsse da parte do público. Óbviamente, com todos os direitos civís cassados, sem nenhum aparelhamento legal em vigência, com o sistema judicial reduzido a uma mangação, e grupos de "gangsters" operando no interior, a atmosfera não era propícia à realização de um pleito. Mesmo assim, as eleições foram realizadas, tal como marcadas, e a vitória coube à escôlha de Batista. Se de todo possível tal fato, estas urnas foram mais desonestas, até, do que as das eleições de 1953, e a percentagem de eleitores que compareceu ao pleito foi a mais baixa verificada em Cuba. Menos de dois meses mais tarde, diante de vitórias impressionantes dos rebeldes, a ditadura de Batista ruíu. Seguindo-se a saída de Batista, os esforços para arranjar às carreiras um govêrno do tipo provisório e, assim, preservar os destroços de "legalidade" que ainda restavam, falharam quando o Exército Rebelde recusou-se a reconhecer a autoridade de Carlos M. Piedra, magistrado supremo da Côrte Suprema Cubana, indicado pelo comandante do Exército, General Cantillo, que declarou sua intenção de continuar a guerra pela tomada do poder. Foi apenas uma questão de horas até que o govêrno organizado rebelde, chefiado por Dr. Manuel Urrutia, ficasse em completo contrôle do país.

O sucesso do Movimento de 26 de Julho, sòmente pode ser explicado pelo sentimento nacional de repulsa aos hábitos políticos vigentes, um sentimento que tinha alcançado proporções quase universais. Um historiador cubano, Ramiro Guerra, emitiu um aviso profético

alguns anos antes. Referindo-se às péssimas práticas eleitorais e à imoralidade, escreveu: "Existe nesta situação um sentimento geral de indignação e vergonha pública que está adquirindo um caráter muito perigoso. Em qualquer época, quando graves dificuldades econômicas ou políticas são postas frente a frente com uma administração, o combustível aí está para iniciar uma covulsão revolucionária de consequências incalculáveis. . . . Acredito que Cuba está se aproximando a largos passos de uma transformação profunda de seus costumes públicos". Outro observador expressou assim a situação de Cuba: "Enquanto persistir êste estado de coisas, enquanto prevalecer a impunidade, frequentemente sancionada pelo próprio govêrno, a vida civil se ressentirá da proteção da lei, e a moral pública sentirá falta do alicerce sôbre que pode unicamente se apoiar sòlidamente".

O espanto de muitos observadores diante do fervor revolucionário sem precedentes do povo cubano nos primeiros meses de 1959 podia ser principalmente atribuído a seu fracasso em avaliar, em sua verdadeira dimensão, o sentimento popular por mudança nos costumes públicos. Muitos têm apontado no passado, como um fator de encorajamento, a capacidade dos cubanos de auto-análise e de auto-crítica. A despeito da atitude e do comportamento dos políticos, a maioria dos cubanos, se bem que reconhecendo que todos os governos sofrem, em certo grau, da doença do subôrno e da corrupção, sempre rejeitou a idéia de que tais práticas devessem se tornar a norma do comportamento político, e que aquêles responsáveis por atos criminosos devessem ficar impunes. A mara-

vilha é que êste ideal persistiu diante de tantas e tão numerosas frustrações. A crença da maioria esmagadora que entusiásticamente deu as boas vindas em 1958 ao triunfo da nova "Revolução" foi que o tempo tinha finalmente chegado, quando os líderes políticos não mais podiam ignorar o desejo persistente de um clima político moralizado.

IV

De muitas maneiras, o Movimento 26 de Julho foi o herdeiro da "Revolução" de 1933. Seu programa não era tão diferente das plataformas originais do PRC ou dos postulados dos Ortodoxos de Eduardo Chibás. Como as ideologias dêstes dois partidos, incluíam a democracia política, o nacionalismo político e econômico, a reforma agrária, a industrialização, o seguro social e a educação. Existia, porém, algumas facetas significativas da nova "Revolução", que, desde o comêço, colocou-a em um contexto de certo modo diferente daquele do movimento de 1933. De algum tempo para cá, se têm feito referências em Cuba à "geração de 1950", significando com essa alusão o grupo de jovens que, segundo se supõe, exercia pressão frente àqueles que detinham o poder desde 1933 — êstes últimos constituindo a chamada "geração de 1930", ainda relativamente jovem e apta para a participação na vida política num choque direto com a geração anterior na luta pelo poder político. Esta nova "geração de 1950", que Fidel Castro e seus companheiros de guerrilhas representavam, condenou aquêle que, em suas próprias palavras, tinha profanado a "Revolução" com crimes repugnantes

e a mais escandalosa corrupção, enganando o povo e desmoralizando a nação. Êste grupo clamou por uma revolução "genuína" e por uma remoção drástica e pronta dos tumores malignos políticos, que tinham tomado o país à maneira de uma praga desde o seu nascedouro.

Uma consideração da "geração de 1950" nos conduz a uma das características aparentemente sui gêneris do Movimento 26 de Julho, a saber, os tons curiosamente puritanos com que o movimento estava infiltrado. A veracidade disse foi demonstrada pelos conhecidos acontecimentos da guerra de dois anos — o testemunho de americanos raptados pelos rebeldes, o tratamento humano de prisioneiros a despeito das torturas e dos assassinatos inflingidos aos rebeldes pelas tropas do Govêrno, pela maneira como os mantimentos requisitados dos camponêses e donos de vendas eram religiosamente pagos, e a disciplina estrita e a moralidade que se diz terem existido em todos os acampamentos rebeldes. Evidência adicional da ênfase do movimento na moral foi mais tarde fornecida pela conduta exemplar das tropas rebeldes durante a ocupação das cidades, seus esforços bem sucedidos em evitar o assalto e a desordem, bem como a maneira rápida mas gentil com que a ordem pública foi restaurada. O significado dêstes fatos está em seu aparentemente grande apêlo ao sentimento popular, em seu efeito salutar em abalar o cinismo generalizado dos cubanos com relação a seus líderes, e em sua capacidade em cristalizar uma cruzada política na qual cada cidadão passou a se ver como um participante ativo na tarefa de reorganizar o país. Não havia

dúvidas de que uma renovação dos quadros políticos, como também uma retificação dos costumes políticos em Cuba tinha de ser precedida necessariamente do desenvolvimento de uma consciência cívica e de um sentimento de responsabilidade tendentes à erradicação da falta de disciplina na vida nacional. Não havia dúvida, também, que grandes setores da população não tinha ainda desenvolvido um senso de iniciativa pessoal ou de responsabilidade de modo a que se pudesse trabalhar cooperativamente com o objetivo de atingir a solução de problemas nacionais, aos quais estes setores não estavam alheios, necessariamente. Se tal senso devia ser desenvolvido, a maioria dos cubanos concordou em que era necessário restaurar, antes de tudo, a confiança pública na competência e na moralidade daqueles que são responsáveis pelo governo. Assim, o espírito moralista do Movimento 26 de Julho não foi somente desejável, mas indispensável, se o movimento de fato queria atingir seus objetivos de reforma política e social.

Uma segunda característica da nova "Revolução" era a grande importância que se propunha dar às Províncias. Cuba, como muitos outros países latino-americanos, tinha sempre tendido a encontrar todo o poder e influência nos grandes centros urbanos e, especialmente, na cidade-capital, em detrimento do "interior", como o resto do país era geralmente chamado. Historicamente, Havana tem sido o centro administrativo todo-poderoso desde os dias da colônia. Enquanto se desenvolvia a indústria, também ela, de um modo geral, concentrou-se na capital. Desde que a classe média é predominantemente ur-

ba e seus maiores setores estão aí localizados, esta classe tem favorecido tradicionalmente as políticas que promoveram o crescimento da capital e lhe deram uma participação desproporcional de riqueza pública. As províncias, em muitos sentidos, têm sido instituições artificiais, servindo como agências políticas e administrativas do governo central, e não agências que representam os interesses locais. Assim, a natureza da estrutura governamental, minimizando a autonomia e a iniciativa local, representou uma das principais dificuldades em traduzir intenções de auto-crítica em ação para verdadeiros melhoramentos. Quanto à administração municipal, a despeito da autonomia dada às cidades e os poderes extensos dados às municipalidades pela Constituição de 1940, na prática os interesses que favoreciam a centralização tinham sempre prevalecido sobre todos os demais. O pequeno grau de descentralização que tinha sido permitido tendeu sempre a ser mais administrativa do que mesmo política. O Movimento 26 de Julho, em contraste com a "Revolução" de 1933, não nasceu na Capital, mas na Província de Oriente, a leste, berço das guerras de emancipação e depositária de tradições nobres de libertação. Santiago, sua capital, dentre todas as cidades de Cuba, estava destinada a sofrer o aguilhão da guerra civil, e sua população tornou-se a mais frequentemente vitimizada pelas medidas sangrentas de repressão da parte do Governo ganhando para si, no processo, o nome de "cidade mártir". Foi em reconhecimento de seu papel heróico que Fidel Castro, logo depois da vitória, proclamou-a a capital provisória da República.

Porta-vozes do Movimento de 26 de Julho constantemente enfatizaram, durante o curso da luta armada, a necessidade de fazer justiça às Províncias, criticando violentamente o fato de que, até então, o poder e a riqueza tinham sido concentrados em Havana. Desde que suas forças tomaram o controle do Governo, Castro frequentemente expressou o desejo de que o poder governamental e a riqueza fôssem mais descentralizadas e mais representativas. Indo além do mero reconhecimento do maior papel desempenhado na revolução pela população das Províncias, fôssem ela rural ou urbana, em contraste com a contribuição relativamente menor da Capital, os planos de reorganização social dos Rebeldes deram todo o apoio ao controle descentralizado de algumas atividades econômicas, quando deu o Ministério de Minas à Província de Oriente; a autoridade sobre o fumo a Pinar del Rio; o controle do açúcar às regiões centro-leste, e o do gado a Camaguey. Além disso, parecia existir uma determinação no sentido de implantar com eficiência as medidas constitucionais até então desprezadas de modo a atingir uma maior descentralização administrativa e uma justa distribuição da riqueza, um objetivo de há muito desejado mas evitado com sucesso, no passado, pelos interesses poderosos da Capital.

Um terceiro e, talvez, o mais distintivo dos aspectos do Movimento 26 de julho foi sua ênfase na reforma agrária, e a decisão, por parte de seus líderes, em levar adiante, contra todos os obstáculos, a divisão dos grandes latifúndios. Castro já disse que a redistribuição de terra foi a base sobre que se apoiou a "Revolução", e que beneficia-

ria, em última análise, cerca de 200.000 famílias através de toda a ilha. Cuba é um país de paradoxos. É abençoada pela natureza com o clima ideal e o solo para produzir em abundância quase que qualquer tipo de lavoura, mas, mesmo assim, a grande maioria da população rural de Cuba é empobrecida, desnutrida, destituída de condições mínimas de habitação e pobremente vestida. Menos de 0,1 por cento das fazendas de Cuba controlam 1/5 de toda a terra apta para atividade agrícola, e 8 por cento das fazendas compreendem 70 por cento das terras. Pequenos fazendeiros têm uma participação insignificante na terra. Aquêles que têm fazendas menores que 63 acres constituem 70 por cento de todos os que trabalham na terra, dos quais somente 11 por cento chegam a possuí-la. 18 por cento dos dois milhões de hectares de terra cultivadas pertencem àqueles que trabalham nelas, o resto sendo lavrada sob a forma de arrendamento.

A grande propriedade, todavia, foi um fenômeno comparativamente recente em Cuba. Em contraste com outros países latino-americanos, o sistema de latifúndio foi relativamente pouco importante na Cuba colonial, e havia originalmente uma boa distribuição da terra na ilha. Enquanto, a um tempo, grandes áreas da ilha eram anexadas a grandes *haciendas* circulares, muitas das propriedades eram possuídas comunalmente. As *haciendas* comunais foram mais tarde subdivididas com a introdução de uma nova norma de uso da terra necessitada pelo desenvolvimento de cana de açúcar e do fumo. Todavia, através destes estágios, uma base comparativamente ampla de propriedade de ter-

ra sempre prevaleceu, e Cuba contou sempre com uma grande população rural, enraizada em terras que ela possuía e explorava pessoalmente. Com a expansão da indústria do açúcar, deflagrada com a revolta escrava do Haiti em 1789, e mais tarde estimulada por desenvolvimentos técnicos tais como a máquina a vapor e as estradas de ferro, a aparição do latifúndio do açúcar mudou radicalmente a estrutura da posse de terra de Cuba. De modo a garantir-se um amplo suprimento de cana para as usinas, as companhias do açúcar adquiriram enormes áreas de terras.

Deve ser lembrado aqui o fato de que a mudança de Cuba, do *status* colonial para o independente coincidiu com o último estágio do desenvolvimento do capitalismo econômico, que trouxe a produção em massa, a concentração financeira e a combinação de interesses com ramificações internacionais, e o imperialismo colonial. Os *trusts* nacionais e internacionais começaram a florescer por volta de 1880 e, depois da independência da ilha, encontrou um meio ambiente favorável em que operar. Aumentos da produção e da exportação, como também a expansão financeira e técnica foram, em geral, alcançados às custas dos pequenos fazendeiros e arrendadores. Poderosas companhias do açúcar compravam a terra em alguns casos, e em outros obtinham o seu controle por meio de questões legais unilaterais ou aproveitando-se da corrupção generalizada nos meios governamentais. A indústria passou largamente das mãos dos indivíduos para as mãos das grandes corporações, muitas das quais controladas e possuídas pelos estrangeiros. O resultado foi que a terra, em Cuba,

outrora largamente dividida entre os seus habitantes, tornou-se concentrada, no século atual, nas mãos de alguns poucos, e, ao mesmo tempo, o país era levado a instabilidade de uma economia de monocultura, dependente do consumo estrangeiro.

Não foi senão, todavia, ao tempo em que a depressão mundial de 1930 trouxe o desastre à economia cubana, que a agitação pela reforma agrária começou. O forte desejo pelas mudanças no sistema da terra manifestou-se no pensamento revolucionário de 1933. Durante o período que se seguiu à queda de Machado, uma política de intervenção governamental e controle da indústria do açúcar, que teve um início tímido em 1936, começou a emergir, e uma longa série de ações governamentais, visando proteger o pequeno fazendeiro e o trabalhador do campo, foi adotada. Um importante momento no desenvolvimento desta política foi a adoção da *Ley de Coordinación Azucarera* de 1937 e suas modificações subsequentes, que prescrevia, nos menores detalhes, os direitos e as obrigações de todos os fatores (produtores, operários e usinas) que participavam da indústria açucareira. Poucos anos depois, a Constituição de 1940 incluía medidas que proibiam a posse de grandes extensões de terras e regulava a aquisição e posse da terra por indivíduos ou companhias estrangeiras. Assim, desde 1933, muito se tinha conseguido no sentido de assegurar um planejamento mais racional da produção do açúcar e uma distribuição mais justa de sua riqueza. A posição social, política e econômica do trabalhador do campo tinha sido grandemente melhorada nas últimas décadas, mas ainda assim

estas melhorias eram largamente confiadas aos trabalhadores da agro-indústria do açúcar, aproximadamente 450.000 pessoas. O resto dos camponeses obteve poucos benefícios da legislação social e do trabalho posta em vigor a partir de 1933; nenhuma reforma adequada do sistema de posse da terra foi jamais tentada, e as medidas constitucionais para êste fim permaneceram como letra morta. A indústria do açúcar ainda controlava cêrca de 1,5 milhões de hectares das terras em reserva que não estavam de fato sendo cultivadas.

Outro fator que influenciou os problemas agrícolas foi a dependência econômica de Cuba com relação aos Estados Unidos, determinada principalmente pela proximidade geográfica com a imensa demanda norteamericana de consumo do açúcar. Isso freqüentemente colocou Cuba numa franca posição de barganha por causa da ameaça ou da realidade da super-produção. O açúcar cubano tinha de competir com os agricultores dos Estados Unidos, que gozavam de proteção às tarifas, e, mesmo assim, os custos da produção estavam se tornando gradualmente quase iguais. Os vários períodos de ascensão e descenso típicos da indústria tendiam a eliminar os produtos menores, com o conseqüente decréscimo do número de usinas de açúcar, acompanhado de um aumento na área de onde cada usina recebia sua cana de açúcar. Estimou-se que os investidores norteamericanos dominavam 60 por cento do bilhão de dólares investidos na indústria. A dependência econômica diante dos Estados Unidos engendrou sentimentos hostis de orgulho nacional e levou muitos cubanos a desejar libertarem-se do que se

costuma chamar do colonialismo econômico. Êste desejo ligava-os ao clamor popular pela reforma agrária.

Com 1/3 de tôda a terra arável devotada à agro-indústria do açúcar, não parece praticável, entretanto, para Cuba, no futuro próximo, alterar as condições que ataram seu destino econômico à sorte da indústria açúcareira. Afinal de contas, as excelentes condições de Cuba para a produção do açúcar não podiam suportar um amortecimento da produção atual se não fôsse por causa de restrições artificiais impostas por outros países. A maioria dos cubanos concordou em que a reforma agrária não significa, necessariamente, o abandono do açúcar. Havia grandes extensões de terra fora de uso que podiam ser distribuídas entre os destituídos de terra, e dedicadas a suprir o país de alguns produtos importados, como o arroz, o feijão e as verduras.

Finalmente, outra característica distintiva do Movimento 26 de Julho foi sua completa identificação com seu líder Fidel Castro. Esta liderança mais predominantemente carismática ou personalista, antes que institucional, deu ao movimento muito de seu curso e caráter. Foi sempre dito, enquanto a rebelião cubana progredia, que os planos do Movimento 26 de Julho para o futuro do país eram incertos e vagos. Dizia-se também que, por causa da habilidade de Castro em captar a imaginação de milhares de homens e mulheres que nunca o tinham conhecido pessoalmente, o atrativo do movimento estava em sua personalidade, não em seu programa. Seu êxito, portanto, dependeu grandemente de um homem, Fidel Castro. As circunstâncias extraordinárias de seu

ao poder, quase inevitavelmente também tornou o governo revolucionário num governo controlado por um só homem. Como, então, haveria de ser resolvido o dilema de um único homem no poder e de um movimento dedicado à liberdade e à dignidade humanas? Nas palavras de um eminente escritor argentino, Alberdi: "A tirania não pode viver a não

ser que seja personificada em um homem, mas a liberdade parece assim que fica reduzida a um único líder".

Os acontecimentos subsequentes em Cuba têm amplamente demonstrado a sabedoria das palavras de Alberdi.

"Antecedents of the Cuban Revolution", in "THE CENTENNIAL REVIEW", Summer 1962.

Tradução de Jarbas Maciel.